

## ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 8 DE JANEIRO DE 2013 – NÚMERO 1/2013

Aos oito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e treze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão extraordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezoito horas e quinze minutos.

Registou-se a ausência momentânea da Vereadora Sónia Sanfona, que chegou mais tarde.

### **MOVIMENTO DE FUNDOS**

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 7 de Janeiro de 2013.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Vereadora Regina Ferreira perguntou se podia ter acesso ao relatório da IGAL que foi mencionado na última sessão da Assembleia Municipal.

Fez também uma chamada de atenção relativamente à iluminação de Natal, que ainda está activa.

O Presidente registou o alerta da Vereadora e vai tomar providências para que as luzes de Natal sejam retiradas.

Já em relação ao relatório da IGAL, o Presidente explicou que havia um conjunto de matérias, embora sem grande relevância, que envolviam práticas administrativas do anterior executivo relativamente ao ano 2009, que apresentavam algumas irregularidades. Alguns desses procedimentos foram de resto mantidos pelo novo Executivo, pelo que este também era visado no documento. Na sequência desse relatório, o Secretário de Estado enviou uma nota para o Tribunal de Contas para que este apurasse eventuais responsabilidades dos eleitos. O relatório entregue ao Município apresentava indicações relativamente ao procedimento que devia ser seguido por parte do Presidente da Câmara, nomeadamente que o Presidente devia dar conhecimento do documento ao Presidente da Assembleia Municipal. O Presidente da Câmara ficou, pois, surpreendido com o facto de o Presidente da Assembleia ter divulgado o conteúdo do mesmo aos eleitos desse órgão autárquico, o qual tinha algum nível de confidencialidade, uma vez que envolvia pessoas que já não fazem parte da vida política de Alpiarça. Em todo o caso, e uma vez que já é do conhecimento da Assembleia, o Presidente não negará o direito às vereadoras de consultarem o documento.

A Vereadora Sónia Sanfona, que entretanto tinha chegado, referiu-se ao projecto de reorganização administrativa do território, que está neste momento em discussão, para pedir ao Presidente um ponto da situação relativamente a esta matéria. A Vereadora sabe que o Governo pretende reorganizar as Comunidades Intermunicipais (CIM) através da aplicação de um novo conjunto de critérios que alterará o quadro geral do funcionamento destas estruturas, o que terá implicações desde logo ao nível do acesso dos municípios aos fundos comunitários e à própria estrutura do Distrito. A Vereadora pretende que se faça um balanço, se possível, das eventuais consequências para o Município de Alpiarça destas alterações e qual a posição dos autarcas da região.

Perguntou ainda, uma vez que na documentação que lhe foi entregue vem uma nota de agradecimento, qual o montante do donativo atribuído à ARPICA para a realização de um almoço de Natal e a quem se destinava esse almoço.

O Presidente começou por reconhecer que a intenção do Governo de proceder à reorganização administrativa do território tem sido pouco discutida. O Presidente mostrou-se preocupado sobretudo com o esvaziamento das competências dos municípios, que serão transferidas para as CIM, o que contraria, na opinião do Presidente, o que tem sido a tendência da democracia portuguesa de descentralizar poderes.

A Vereadora Sónia Sanfona acrescentou que se coloca também a questão dos órgãos de gestão das CIM, que se pretende passem a ser geridos por uma estrutura nomeada em vez do que acontece com o modelo actual, em que a gestão cabe aos próprios presidentes de Câmara democraticamente eleitos pela população. Também nesse caso os municípios perderiam margem de manobra.

O Presidente concorda, acrescentando que para além das consequências evidentes ao nível da autonomia dos municípios, colocam-se questões de ordem financeira, uma vez que o custo dessas direcções será muito superior.

Em todo o caso, não há ainda uma posição definitiva, nem da parte Associação Nacional de Municípios, nem da própria CIM da Lezíria do Tejo, da qual o Município de Alpiarça faz parte.

A Vereadora Sónia Sanfona mostrou-se preocupada com este processo, uma vez que uma reorganização do território é uma coisa para durar e que toca muito na vida das populações. Entende que devia pensar-se a organização segundo o princípio básico da associação, que é o da livre vontade das partes, e teme que tal não esteja a ser acautelado pelo Governo.

O Presidente concordou e defendeu que os partidos políticos têm a obrigação de colocar esta discussão na agenda política, até porque são eles que estão mais livres para o fazer.

Em relação ao donativo à ARPICA, o Presidente explicou que se tratou apenas de um donativo em géneros, nomeadamente um bolo-rei.

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

#### **VÁRIOS:**

- **DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais – Directora-Geral das Autarquias Locais – Eugénia Santos – cessa funções no próximo dia 31 de Dezembro.**

Deu-se conhecimento.

- **Associação Nacional dos Municípios Portugueses – Projecto-Lei nº 320/XII. Reorganização Administrativa do Território das Freguesias”.**

Deu-se conhecimento.

- **Município de Alpiarça – Fundo de Emergência Municipal (FEM) – Reprogramação Extraordinária dos Contratos Programa de Auxílio Financeiro – Processos: - 05.03.02 – FEM/5 (11183) – Reparação/Requalificação de Caminhos Municipais – 05.03.02 – FEM/5 (11184) – Reparação/Requalificação do Troço da Estrada de Ligação Casalinho/Parreira – EM 368 – A entre o PK 1+200 (cruzamento com a EM 1370-1) e o PK 3+800 (limite do Concelho).**

Deu-se conhecimento.

- **Grupo Parlamentar do PCP – Divulgação das propostas de eliminação das propostas de agregação de freguesias apresentadas pelo PSD e CDS (Anexo I PJI nº 320/XII/2º).**

Deu-se conhecimento.

- **SRU – Lezíria do Tejo – LT –SRU, EM – Minuta de contrato de aquisição de serviços.**

O Presidente propôs que este ponto fosse retirado a fim de se proceder ao aperfeiçoamento do documento.

**- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente – Contrato de gestão Delegada – Minuta do Contrato de Gestão Delegada para a prestação de serviços de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas entre os municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas e a AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A. Remeter à Assembleia Municipal.**

A Vereadora Sónia Sanfona manifestou a sua preocupação relativamente ao futuro do modelo de gestão seguido pelas empresas intermunicipais de fornecimento de água, tendo em conta as medidas que o Governo se prepara para pôr em prática ao nível da privatização e concentração em grandes empresas do serviço de abastecimento de água. A Vereadora considera que, a acontecer, será muito prejudicial para as populações, uma vez que, tratando-se de um bem escasso e universal, é fundamental que o Estado não aliene a possibilidade de controlar esse recurso, já para não falar de que se trata de um recurso financeiramente muito viável. A Vereadora pergunta por isso se há algum entendimento no seio da Águas do Ribatejo relativamente ao futuro da empresa e à possibilidade de manter os preços que praticam, com a aplicação de taxas sociais, etc., se o Governo persistir na sua intenção de reorganizar a gestão da água com a criação de superestruturas que vão absorver muitas das competências que cabem agora aos municípios.

O Presidente informou que há consciência de todos os membros do Conselho de Administração da Águas do Ribatejo (AR) de que a melhor maneira neste momento de defender a manutenção deste recurso como recurso público de acesso universal é assegurar a viabilidade da empresa. O Presidente está convencido de que, para lá de algumas diferenças políticas que naturalmente possam existir, neste aspecto os actuais representantes dos accionistas da empresa AR revelam um consenso relativamente à questão da manutenção dos 100% de capital público. Por essa razão o Presidente julga que neste momento a situação da AR está salvaguardada, embora tudo isto tenha a ver com a correlação de forças que a cada momento existe. Assim, não tem havido muita discussão no seio da empresa sobre estas questões, uma vez que todos estão empenhados em assegurar a sustentabilidade da empresa. O Presidente é ainda da opinião, à semelhança da discussão sobre a reorganização do território, que o debate sobre estas questões deve ser lançado pelos partidos políticos.

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato de gestão delegada à AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A., e submeter à Assembleia Municipal.

**- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente – Proposta de alteração dos Estatutos da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.**

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de alteração dos estatutos da AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A., e submeter à Assembleia Municipal.

**- ARPICA – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Concelho de Alpiarça – Agradecimento de donativo.**

Deu-se conhecimento.

**- Câmara Municipal de Alpiarça – Gabinete de Cultura – Informação nº 1/GC/2013 – Corso Carnavalesco – Carnaval Solidário – Propostas de Normas de Participação.**

A Vereadora Regina Ferreira perguntou qual era a diferença entre a associação que este ano faz parceria com a Câmara na organização do evento e a que nos últimos anos cumpriu esse papel, e quais serão os critérios de classificação dos carros alegóricos.

O Vereador Carlos Pereira explicou que, como o Presidente já tinha referido, a Alpiarça 1295 é estatutariamente mais vocacionada para este tipo de realização do que o NACA, que de resto tinha algumas dificuldades em fazer a gestão dos apoios que a Câmara concede aos carros alegóricos. Esta associação veio propor-se à Câmara para colaborar nas comemorações do Carnaval, e a Câmara, depois de falar com o NACA, entendeu que devia aceitar a proposta, até porque se propunham a dinamizar as comemorações desta data com outras realizações. Quanto aos parâmetros de avaliação dos carros alegóricos, as normas do documento são meramente indicativas e podem ser alteradas se esse for o entendimento das vereadoras.

Deliberado por unanimidade aprovar as propostas de normas de participação no Corso Carnavalesco 2013.

**- Câmara Municipal de Alpiarça – Gabinete de Cultura – Informação nº 2/GC/2013 – Corso Carnavalesco 2013 – Carnaval Solidário – atribuição de subsídio.**

Deliberado por unanimidade aprovar a atribuição de subsídio para o Corso Carnavalesco 2013.

**- Câmara Municipal de Alpiarça – Edital nº 2/2013 – Hasta Pública para venda do direito de replantação de vinha.**

Deliberado por maioria, com as abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar o Edital nº 2/2013.

**- Câmara Municipal de Alpiarça – Serviço Técnico de Obras – Informação nº 1/2013 – Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho – Procedimento para a formação de contrato.**

Deliberado por maioria, com as abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, consultar a empresa SECAL para que pronuncie expressamente ser sua vontade manter a proposta para que se proceda à adjudicação e outorga do contrato a esta data.

#### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

**- Câmara Municipal de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação às GOP's – Alteração nº 19/2012.**

Deu-se conhecimento.

**- Câmara Municipal de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação às GOP's – Alteração nº 20/2012.**

Deu-se conhecimento.

**- Câmara Municipal de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração nº 22/2012.**

Deu-se conhecimento.

**- Câmara Municipal de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração nº 23/2012.**

Deu-se conhecimento.

**- Câmara Municipal de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração nº 24/2012.**

Deu-se conhecimento.

**- Município de Alpiarça – Proposta do Vereador Carlos Jorge Pereira – Proposta nº 1/VF/2013 – Aumento temporário dos Fundos Disponíveis no mês de Janeiro de**

**2013, nos termos do artigo 4º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, no valor global de €1.831.495,50.**

Deliberado por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar o aumento temporário dos fundos disponíveis no mês de Janeiro de 2013.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.